



PREVIP
SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

RELATÓRIO ANUAL

2018



ÍNDICE

3 MENSAGEM DA DIRETORIA

4 INVESTIMENTOS

11 POLÍTICA DE
INVESTIMENTOS 2019

15 DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS

20 NOTAS EXPLICATIVAS

46 PARECERES

Expediente:

Relatório Anual 2018

Publicação Anual:

Previp - Sociedade de Previdência
Complementar, destinada
a todos os participantes
do Plano Previp.

Rod. SP 340 Km 171
Caixa Postal 10
CEP: 13.845-901
Mogi Guaçu - SP / Brasil

Projeto Gráfico e Diagramação:

Agência Nezz

Coordenação:

Rita Lucas
Claudinei Oliveira



Mensagem da Diretoria

Caro participante,

Apresentamos a você o Relatório Anual 2018 da PrevIP, elaborado com a máxima transparência e atenção às melhores práticas de governança, para que possa acompanhar as atividades realizadas pela Entidade ao longo do ano, bem como ter acesso às informações relevantes sobre o desempenho do seu Plano.

Foi um ano de instabilidade, marcado por muitos desafios. A economia avançou lentamente em 2018, com crescimento do PIB de 1,1%, o que refletiu não somente as incertezas do ambiente político, mas também da greve dos caminhoneiros ocorrida no mês de maio e da instabilidade no cenário internacional, abalando sobretudo o desempenho dos países emergentes.

A PrevIP está sempre atenta ao cenário e ao mercado, nossa equipe se manteve determinada a buscar os melhores resultados, mesmo nos momentos de intensa instabilidade. Encerramos o ano de 2018 com patrimônio de aproximadamente R\$ 382 milhões investidos em conceituadas instituições financeiras, buscando sempre maximizar o retorno aos nossos Participantes.

Para 2019, o clima ainda deve ser de cautela e espera-se uma retomada da economia. A inflação está controlada e a taxa básica de juro está no seu menor nível histórico, com perspectivas de que permaneça assim por um bom período. Com a posse do novo presidente da República, espera-se a retomada da confiança e o cenário econômico deve oscilar entre perspectivas positivas e instabilidade diante de novas medidas a serem anunciadas para garantir a solvência das contas públicas.

Todas as expectativas se voltam, portanto, à postura do novo Governo. Com disposição e otimismo, renovamos nosso compromisso com você, Participante. Continuamos firmes, sempre em busca de aprimoramento, oferecendo soluções, facilidades, alternativas que tornem nosso Plano cada vez mais forte e sustentável no longo prazo.

Em caso de dúvidas, consulte a entidade por meio dos canais de comunicação disponibilizados a você. Teremos o maior prazer em atendê-lo.

Um grande abraço e boa leitura!



Investimentos

Cenário Econômico

O ano de 2018 foi marcado pela lenta recuperação da economia brasileira, pelo desemprego ainda em alta e pelo crescimento da informalidade.

A inflação permaneceu controlada, mas a disparada dos preços da gasolina e do diesel pesaram no bolso do brasileiro e no custo dos transportes. E foi um dos fatores que motivaram a greve dos caminhoneiros, que paralisou o país por 11 dias no final de maio, afetando a produção, o consumo e o PIB de 2018.

Nos mercados, o dólar chegou a bater R\$ 4,19, nova máxima histórica, em meio a incerteza da corrida eleitoral, mas encerra o ano ao redor de R\$ 3,90, em meio às expectativas de uma agenda mais liberal e pró-mercado com a chegada de Jair Bolsonaro à Presidência.

O principal índice da bolsa brasileira (Ibovespa), renovou máximas históricas no começo de dezembro, mas termina 2018 pressionado pelas preocupações com a desaceleração da economia mundial em meio a um cenário de tensão comercial entre Estados Unidos e China.

Durante o ano, as expectativas de crescimento foram sendo gradativamente reduzidas. No início do ano, esperávamos um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) próximo de 3%. As expectativas foram piorando com a economia mostrando um ritmo mais fraco do que o esperado, sobretudo, pela incerteza com o futuro político do país e qual seria a agenda econômica adotada pelo novo governo. A greve dos caminhoneiros também contribuiu para a piora da previsão de crescimento da economia no ano, que recuou para 1,3%.

A evolução do risco-país deixou evidente como o humor dos investidores variou bastante ao longo de 2018. Esse sentimento é mensurado pelo CDS de cinco anos - uma espécie de seguro contra calote que funciona como uma das principais medidas de risco entre as economias. Quanto mais alto é o CDS, mais arriscado o país é considerado pelos investidores. Neste ano, os momentos mais preocupantes com o Brasil ocorreram no pico da greve dos caminhoneiros e no período eleitoral.

A taxa de desemprego no Brasil caiu ao longo do ano e chegou a 11,7% no trimestre encerrado em outubro – acumulando 7 quedas consecutivas e atingindo o menor percentual desde meados de 2016. Entretanto, ainda são 12,35 milhões de brasileiros desempregados no país, além de 27,2 milhões de subutilizados.

O Ibovespa, encerra o ano com valorização de cerca de 15,03%, após acumular ganhos de 26,3% em 2017. A mínima do ano foi registrada em meados de junho, quando caiu abaixo dos 70 mil pontos, em meio às preocupações com a guerra comercial. Mas a bolsa manteve a trajetória de alta mesmo durante o período eleitoral e, no início de dezembro, rompeu pela primeira vez a barreira dos 90 mil pontos.

O preço dos combustíveis dispararam em 2018, sendo que no ano, a gasolina e o diesel acumularam alta de mais de 6%, acima da inflação. Entretanto, o avanço no acumulado em 12 meses chegou a passar de 20%. Desde o final de setembro, os preços recuaram significativamente nas refinarias, mas distribuidoras e pontos têm demorado para fazer o repasse ao consumidor.

A PreviP se mantém atenta aos movimentos da economia e disposta a buscar a melhor alternativa para seus investimentos em busca da melhor relação risco-retorno, visando atingir os objetivos de longo prazo dos participantes do plano.

Rentabilidades

Em 2018, a inflação em queda e expectativas ancoradas somadas ao hiato negativo do produto (nível de produção inferior ao potencial), colaboraram para acentuar o ambiente favorável a extensão do período com taxas de juros em patamares menores.

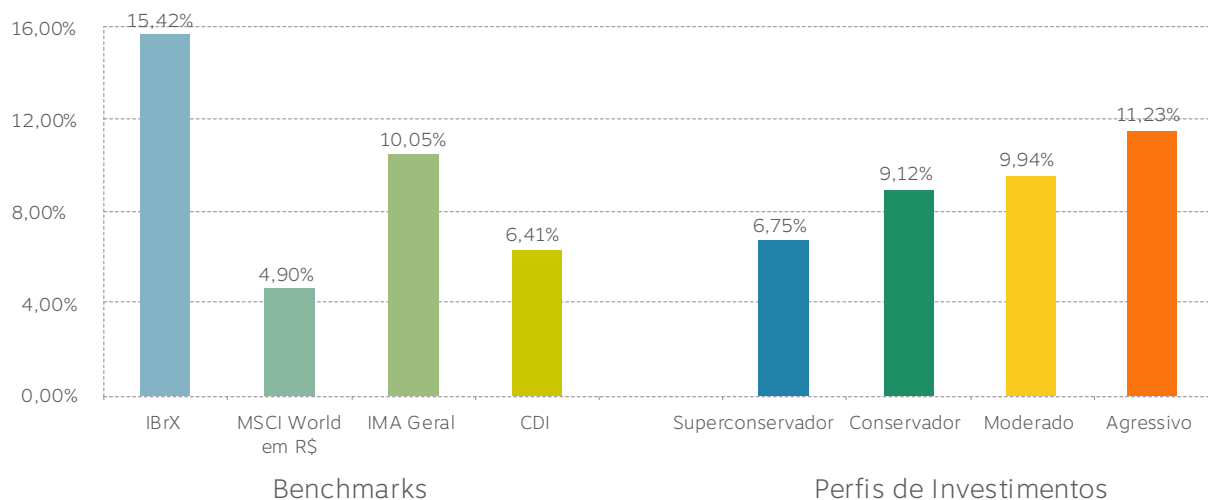
Esses fatores foram determinantes para o fechamento e diminuição da inclinação da curva de juros nominal, fechamento da curva de juros real e redução da inflação implícita. Esse cenário foi muito importante para o segmento de renda fixa, principalmente para o benchmark IMA.

É importante destacar também, a performance positiva da carteira de empréstimos da PrevIP, que em 2018 mostrou novamente uma alavancagem na rentabilidade em comparação com os anos anteriores, devido às novas adesões ao plano, por parte dos profissionais do negócio de Embalagens e que solicitaram empréstimos após 1 ano de vínculo ao plano.

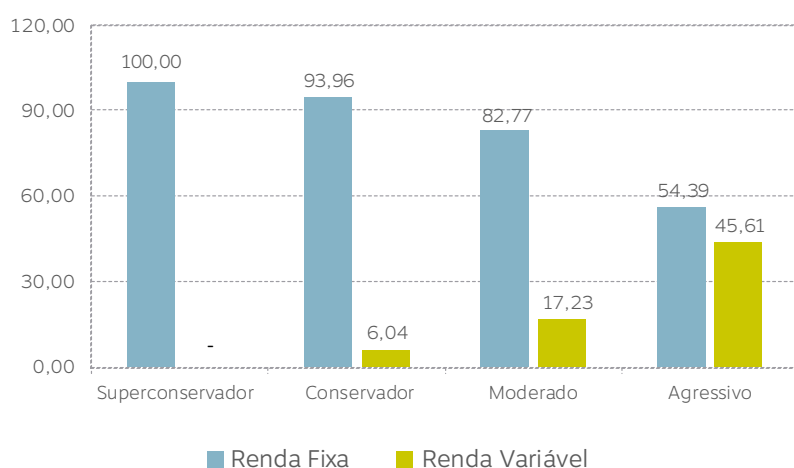
O cenário também se mostrou positivo para o segmento de renda variável, que em função da queda nas taxas de juros futuras, queda dos prêmios de risco e a expectativa de reformas e privatizações a serem realizadas pelo novo governo, ajudaram a atenuar o clima externo desfavorável. Os setores sensíveis a taxa de juros e ao cenário mais positivo para a economia local, foram os destaques positivos como Construção Civil, Varejo, Serviços Públicos e Shoppings & Properties.

Com relação aos ativos globais, a PrevIP optou por diversificar seus investimentos no exterior e com isso foi possível alavancar o resultado desta carteira. Mesmo com a performance negativa da Bolsa no exterior, a rentabilidade para o plano foi bastante positiva, pois foi impactada positivamente pelo resultado da variação cambial.

Abaixo você pode analisar o impacto nas rentabilidades dos perfis de investimento da PrevIP no ano de 2018, em comparação com alguns índices de mercado:



Alocação por Segmento



Política de Investimentos		
Perfis	Renda Fixa	Renda Variável
Superconservador	100,00	-
Conservador	77,00 a 99,00	1,00 a 8,00
Moderado	77,00 a 93,00	7,00 a 23,00
Agressivo	50,00 a 70,00	30,00 a 50,00

Patrimônio Total do Plano



Alocação dos Ativos

Carteira Ativa				
Segmento	Dezembro/2018		Dezembro/2017	
	(R\$)	(%)	(R\$)	(%)
Renda Fixa	248.088.159,44	87,81%	226.845.204,15	80,29%
Renda Variável	15.452.175,85	5,47%	11.810.893,48	4,18%
Empréstimos	19.002.327,62	6,73%	14.837.488,43	5,25%
Total	282.542.662,91	100,00%	253.493.586,06	100,00%

Carteira Imunizada				
Segmento	Dezembro/2018		Dezembro/2017	
	(R\$)	(%)	(R\$)	(%)
Renda Fixa	99.815.938,68	100,00%	96.752.271,74	100,00%
Total	382.358.601,59		350.245.857,80	

Alocação por Gestor

Carteira Ativa		
Gestores	Valor (R\$)	(%)
Bradesco	112.907.688,08	39,96%
Western	112.469.036,33	39,81%
Santander	38.163.610,88	13,51%
Gestão Própria	19.002.327,62	6,73%
Total	282.542.662,91	100,00%

Carteira Imunizada		
Gestor	Valor (R\$)	(%)
Bradesco	99.815.938,68	100,00%

Participação em Ativos

Fundos de Investimento		
Renda Fixa		
	CNPJ do Fundo	Valor Aplicado (R\$)
BRADESCO FI Multimercado Plus	01.606.552/0001-00	35.204.977,76
BRADESCO FI Renda Fixa Target	02.998.239/0001-28	48.581.950,25
BRADESCO FI Renda Fixa Referenciado DI Federal II	10.601.349/0001-32	84.511,45
BRADESCO FI Renda Fixa IMA Geral	11.016.883/0001-44	37.287.769,10
BRADESCO Institucional FI Renda Fixa IRF-M	18.085.876/0001-43	188.663,82
WESTERN Asset Inflation II RF FI	05.092.294/0001-42	2.210.236,27
WESTERN Asset Prev Fix Target RF FI	07.892.298/0001-30	8.992.580,74
WESTERN Asset Prev Fix FI Renda Fixa Credito Privado	07.894.727/0001-09	12.371.397,28
WESTERN Asset Prev Inflation Total RF FI	07.895.034/0001-30	7.479.677,99
WESTERN Asset Prev Inflation Limited RF FI	07.895.082/0001-29	996.587,49
WESTERN Asset Prev Inflation Plus RF FI	07.895.087/0001-51	1.065.487,82
WESTERN Asset Prev Invest RF Credito Privado FI	07.897.902/0001-11	1.264.691,73
WESTERN Asset Prev Inflação Implícita FI RF	09.087.314/0001-48	2.095.421,34
WESTERN Asset Prev Credit FI RF Credito	09.087.708/0001-04	37.273.943,88
WESTERN Asset Prev Str Cred FI RF Credito Privado	12.029.811/0001-02	2.670.574,29
WESTERN Asset Sovereign IV Selic REF FI	15.477.891/0001-49	27.721.314,88
WESTERN FI Renda Fixa Credito Privado	22.773.440/0001-14	457.952,86
WESTERN FI Renda Fixa Credito Privado	23.872.753/0001-92	93.308,72
WESTERN FI Renda Fixa Credito Privado	23.872.928/0001-61	200.999,75
WESTERN FI Renda Fixa Credito Privado	23.872.937/0001-52	421.941,25
WESTERN FI Renda Fixa Credito Privado	26.370.009/0001-88	215.933,13
WESTERN FI Renda Fixa Credito Privado	26.370.039/0001-94	298.916,19
SANTANDER FI Títulos Públicos RF Referenciado DI Federal II	07.966.986/0001-06	28.028.185,14
SANTANDER FI IRF-M Títulos Públicos Renda Fixa	13.455.197/0001-03	4.739.939,45
SANTANDER FI em Cotas FI IMA-B Inst. Títulos Públicos RF Longo Prazo	14.504.578/0001-90	3.739.621,69
Total		263.686.584,27
Renda Variável		
	CNPJ do Fundo	Valor Aplicado (R\$)
BRADESCO Fundo de Investimento em Ações Selection	03.660.879/0001-96	395.145,36
BRADESCO Fundo De Investimentos em Ações Dividendos	06.916.384/0001-73	138.587,91
BRADESCO Fundo de Investimento em Ações Small Cap Plus	06.988.623/0001-09	614.426,05
BRADESCO FIC Ações Institucional IBRX Alpha	14.099.976/0001-78	5.287.999,57
BRADESCO Global FIA IE	18.085.924/0001-01	722.081,83
WESTERN Asset Prev IBRX Ativo Acoes FI	05.092.264/0001-36	5.558.663,92
WESTERN Legg Mason Clearbridge Global Equity FI em Ações Invest. Exterior	23.872.729/0001-53	1.079.406,72
SANTANDER Fundo de Investimento IBRX Ações	04.073.702/0001-56	1.336.658,20
SANTANDER Fundo de Investimento Global Equities Mult. Invest. Exterior	17.804.792/0001-50	319.206,40
Total		15.452.175,96
Total Fundos de Investimentos		279.138.760,23
Total Títulos Públicos		84.217.513,74
Total Geral		363.356.273,97

Auditoria de Gestão

Nome	CNPJ	Responsável
KPMG Auditores Independentes	57.755.217/0001-29	Marco Antonio Pontieri

Administrador Estatutário Técnicamente Qualificado

Nome	Telefone	E-mail
Leandro da Silva Leme	(19) 3861.8809	leandro.leme@ipaper.com

Custos com a Administração do Plano

Investimentos	Previdencial	Auditoria	Despesas Gerais	Tributos	Total
958.841,53	890.783,31	70.784,55	46.075,96	134.150,86	2.100.636,21





Política de Investimentos 2019

Faixa de alocação entre os segmentos de aplicação

Segmento de Aplicação	Superconservador		Conservador		Moderado		Agressivo	
	Lim. Min. (%)	Lim. Max. (%)	Lim. Min. (%)	Lim. Max. (%)	Lim. Min. (%)	Lim. Max. (%)	Lim. Min. (%)	Lim. Max. (%)
Renda Fixa (A)	100	100	77	99	77	93	50	70
Inv. Estruturados - Brasil (B)	-	-	0	10	0	15	0	15
Inv. Estruturados - Exterior (C)	-	-	0	0	0	0	0	0
(A) + (B) + (C)	100	100	77	99	77	93	50	70
Renda Variável - Brasil (D)	-	-	1	8	6	22	25	45
Renda Variável - Exterior (E)	-	-	0	3	1	8	5	10
(D) + (E)	-	-	1	8	7	23	30	50
Empréstimos	-	-	0	15	-	-	-	-

Considerações

Os recursos de cada participante serão alocados em apenas um dos perfis de investimentos disponibilizados.

A alocação no segmento de investimentos estruturados, para os perfis onde é permitida, deverá ser considerada em conjunto com os limites informados para o segmento de renda fixa, sendo que a alocação combinada dos segmentos Renda Fixa e Investimentos Estruturados não poderá exceder o limite máximo especificado para Renda Fixa.

A alocação no segmento de investimento no exterior, para os perfis onde é permitida, deverá ser considerada em conjunto com os limites informados para o segmento de renda variável, sendo que a alocação combinada dos segmentos Renda Variável e Investimentos no Exterior não poderá exceder o limite máximo especificado para Renda Variável.

Objetivos e Diretrizes da Gestão

Carteira Segregada

A carteira de investimento dos profissionais inativos que possuem benefícios concedidos e a conceder na forma de renda vitalícia, estão alocados em uma carteira dedicada a gestão do casamento do fluxo de caixa do pagamento dos benefícios projetados.

Para a definição da estratégia de gestão, foi realizado um estudo de imunização da carteira, no qual foi definida uma carteira de renda fixa indexada que se comporte de forma semelhante aos passivos relacionados aos benefícios de renda vitalícia. Os títulos componentes dessa carteira poderão ser classificados como mantidos até o vencimento e, dessa forma, marcados na curva do papel. Para o longo prazo foi estabelecida como meta a taxa mínima atuarial (INPC + 5,01% a.a.). A PrevIP acompanhará o desempenho dos investimentos do plano e poderá realizar estudos de otimização de carteiras visando à obtenção das metas de longo prazo.

Carteira Ativa

As metas gerenciais estabelecidas foram a taxa mínima atuarial para o longo prazo e os benchmarks de cada segmento no curto prazo. O risco da carteira de **Renda Fixa** será medido pelo benchmark VaR, considerando o período de 21 dias úteis e intervalo de confiança de 95%. O nível máximo aceitável é de 1%, sendo que o benchmark definido para o **Perfil Superconservador** será o **CDI**, para o **Perfil Conservador** será **50% IMA-G + 50% IMA-S**, para o **Perfil Moderado** foi definido **70% IMA-G + 30% IMA-S** enquanto para o **Perfil Agressivo** foi definido **100% IMA-G** (IMA Geral - índice composto por carteiras teóricas de títulos públicos e federais, separadas de acordo com seus indexadores e prazos, de maneira a atender às necessidades de diversos tipos de investidores). Este índice é composto por títulos de longo prazo, por isso é indicado para alocação dos investimentos destinados aos fundos de pensão.

Para **Investimentos Estruturados**, o benchmark definido foi o **CDI**. Para a obtenção do retorno desejado, o risco admitido está associado a um VaR de 1,65% para o horizonte de 1 dia útil e intervalo de confiança de 95%.

Para **Renda Variável** que compõe os **Perfis Conservador, Moderado e Agressivo** o limite de risco definido foi um benchmark VaR de 5% em relação ao benchmark, em um período de 21 dias úteis com um nível de confiança de 95%, sendo o benchmark **IBrX**.

Para **Investimentos no Exterior** que compõem os **Perfis Conservador, Moderado e Agressivo**, aceita-se um Tracking Error de 2,0% ao dia em relação ao benchmark, calculado com base nas rentabilidades diárias dos últimos 252 dias úteis, sendo 100% o benchmark **MSCI World Index em Reais** (MSCI World Index: índice de referência que contempla 23 países de mercados desenvolvidos). Ele é mantido pela MSCI Inc., anteriormente Morgan Stanley Capital International e é usado como um ponto de referência comum para fundos globais.

Para os **Empréstimos** que compõe o Perfil Conservador, o benchmark é o **CDI**.



Critérios de Contratação dos Administradores dos Investimentos

A gestão dos recursos é totalmente terceirizada. A decisão de terceirizar toda a gestão foi tomada em função do alto grau de especialização das instituições financeiras do mercado, resultando em maior possibilidade de obtenção de retornos adequados dos investimentos.

A escolha das instituições financeiras para a administração dos recursos do plano é feita com base em parâmetros quantitativos e qualitativos. Na escolha dos gestores das carteiras são considerados os seguintes fatores:

- Experiência em administração de recursos de fundos de pensão no Brasil;
- Qualificação e experiência dos profissionais responsáveis pelos serviços;
- Estrutura organizacional e processos de gestão;
- Recursos de pesquisa (“research”);
- Sistemas de comitês e processos de decisão;
- Regras estabelecidas e seguidas pelo gestor, no sentido de que a legislação, os contratos, e as normas e procedimentos definidos pelas autoridades (Banco Central e CVM) e por outros participantes (Bolsas e Centrais de Liquidação) sejam rigorosamente cumpridas (“compliance”);
- Resultados históricos em termos de Retornos/Riscos (“track record”);
- Qualidade dos serviços de relatórios ao cliente, incluindo a presteza no envio de informações periódicas;
- Qualidade dos serviços de custódia de títulos e valores mobiliários terceirizados;
- Custos envolvidos nos serviços, incluindo taxas de administração, corretagem e outros;
- Classificação (“Rating”) da unidade administradora de recursos;
- Credenciamento, perante a Comissão de Valores Mobiliários e o Banco Central do Brasil, como administrador de recursos de investidores institucionais.

A política entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, podendo ser revista a qualquer momento pela PrevIP dentro das regras estabelecidas pelo Estatuto da Sociedade, e comunicada por escrito às Instituições Financeiras administradoras dos recursos da entidade e os participantes do Plano.



Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial - Consolidado (R\$ mil)

Apresenta a posição financeira e patrimonial da Entidade em determinada data

Ativo	31/12/2018	31/12/2017	Notas Explicativas
Disponível	455	23	4
Realizável	382.860	350.307	
Gestão Previdencial	469	30	5
Gestão Administrativa	32	31	6
Investimentos	382.359	350.246	7
Títulos Públicos	84.128	81.661	
Fundos de Investimento	279.139	253.748	
Empréstimos e Financiamentos	19.002	14.837	
Total do Ativo	383.315	350.330	

Passivo	31/12/2018	31/12/2017	Notas Explicativas
Exigível Operacional	578	224	
Gestão Previdencial	452	33	8
Gestão Administrativa	126	191	9
Patrimônio Social	382.737	350.106	
Patrimônio de Cobertura do Plano	381.687	348.937	
Provisões Matemáticas	365.529	333.963	10
Benefícios Concedidos	119.694	109.264	
Benefícios a Conceder	245.835	224.699	
Equilíbrio Técnico	16.158	14.974	11
Resultados Realizados	16.158	14.974	
Superávit Técnico Acumulado	16.158	14.974	
Fundos	1.050	1.169	
Fundos Previdenciais	365	565	12
Fundos Administrativos	685	604	13
Total do Passivo	383.315	350.330	

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

(R\$ mil)

Apresenta as mudanças ocorridas no Patrimônio Social da Entidade, em um certo intervalo de tempo

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	350.106	308.966	13,32%
1. Adi��o�es	52.145	57.464	(9,26%)
(+) Contribui��o�es Previdenciais	19.462	20.055	(2,96%)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	30.605	35.256	(13,19%)
(+) Receitas Administrativas	2.023	2.085	(2,97%)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	55	68	(19,12%)
2. Destina��o�es	(19.514)	(16.324)	19,54%
(-) Benefícios	(17.517)	(14.301)	22,49%
(-) Despesas Administrativas	(1.997)	(2.023)	(1,29%)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	32.631	41.140	(20,68%)
(+/-) Provis��o�es Matemáticas	31.566	41.673	(24,25%)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.184	(960)	(223,33%)
(+/-) Fundos Previdenciais	(200)	297	(167,34%)
(+/-) Fundos Administrativos	81	130	(37,69%)
4. Opera��o�es Transitórias	-	-	0,00%
B) Patrimônio Social - final do exercício (A + 3 + 4)	382.737	350.106	9,32%

Demonstr  o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (R\$ mil)

Apresenta as mudanças ocorridas no Patrimônio Líquido da Entidade, em um certo intervalo de tempo

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Variação (%)
A) Ativo Líquido - In��cio do Exercício	349.502	308.492	13,29%
1. Adi��o�es	51.333	56.666	(9,41%)
(+) Contribui��o�es	20.728	21.410	(3,19%)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	30.605	35.256	(13,19%)
2. Destina��o�es	(18.783)	(15.656)	19,97%
(-) Benefícios	(17.517)	(14.301)	22,49%
(-) Custeio Administrativo	(1.266)	(1.355)	(6,57%)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	32.550	41.010	(20,63%)
(+/-) Provis��o�es Matemáticas	31.566	41.673	(24,25%)
(+/-) Fundos Previdenciais	(200)	297	(167,34%)
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	1.184	(960)	(223,33%)
4. Opera��o�es Transitórias	-	-	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	382.052	349.502	9,31%
C) Fundos não Previdenciais	81	130	(37,69%)
(+/-) Fundos Administrativos	81	130	(37,69%)

Demonstração do Ativo Líquido (R\$ mil)

Apresenta a parcela do Ativo destinada à cobertura dos benefícios do Plano

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Variação (%)
1. Ativos	383.189	350.144	9,44%
Disponível	453	23	1.869,57%
Recebível	1.155	639	80,75%
Investimento	381.581	349.482	9,18%
Títulos Públicos	84.217	81.661	3,13%
Fundos de Investimento	278.362	252.984	10,03%
Empréstimos e Financiamentos	19.002	14.837	28,07%
2. Obrigações	452	38	1089,47%
Operacional	452	38	1089,47%
3. Fundos não Previdenciais	685	604	13,41%
Fundos Administrativos	685	604	13,41%
4. Resultados a Realizar	-	-	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	382.052	349.502	9,31%
Provisões Matemáticas	365.529	333.963	9,45%
Superávit/Déficit Técnico	16.158	14.974	7,91%
Fundos Previdenciais	365	565	(35,40%)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	16.158	17.677	(8,59%)
a) Equilíbrio Técnico	16.158	14.974	7,91%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	3.017	2.703	100,00%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	16.158	17.677	(8,59%)



Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (R\$ mil)

Registra as atividades referentes à Gestão Administrativa da Entidade

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	604	474	27,43%
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.078	2.153	(3,48%)
1.1 Receitas	2.078	2.153	(3,48%)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.266	1.355	(6,57%)
Custeio Administrativo dos Investimentos	757	730	3,70%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	55	68	(19,12%)
2. Despesas Administrativas	1.997	2.023	(1,29%)
2.1 Administração Previdencial	1.104	1.135	(2,73%)
Treinamentos/congressos e seminários	4	21	(80,95%)
Viagens e estadias	3	-	100,00%
Serviços de terceiros	955	980	(2,55%)
Despesas gerais	46	38	21,05%
Tributos	96	96	0,00%
2.2 Administração dos Investimentos	893	888	0,56%
Serviços de Terceiros	851	847	0,47%
Despesas Gerais	4	4	0,00%
Tributos	38	37	2,70%
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	-	0,00%
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	0,00%
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	0,00%
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	81	130	(37,69%)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	81	130	(37,69%)
8. Operações Transitórias	-	-	0,00%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	685	604	13,41%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (R\$ mil)

Representam a totalidade dos compromissos do plano de benefícios previdencial

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	382.504	349.540	9,43%
1. Provisões Matemáticas	365.529	333.963	9,45%
1.1 Benefícios Concedidos	119.694	109.264	9,55%
Contribuição Definida	44.445	37.779	17,64%
Benefício Definido	75.249	71.485	5,27%
1.2 Benefício a Conceder	245.835	224.699	9,418%
Contribuição Definida	237.506	214.413	10,77%
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	102.190	94.038	8,67%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	135.316	120.375	12,41%
Benefícios Definido	8.329	10.286	(19,03%)
2. Equilíbrio Técnico	16.158	14.974	7,91%
2.1 Resultados Realizados	16.158	14.974	7,91%
Superávit Técnico Acumulado	16.158	14.974	7,91%
Reserva de Contingência	16.158	14.974	7,91%
3. Fundos	365	565	(35,40%)
3.1 Fundos Previdenciais	365	565	(35,40%)
4. Exigível Operacional	452	38	1.089,47%
4.1 Gestão Previdencial	452	38	1.089,47%
5. Exigível Contingencial	-	-	0,00%





Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

A PrevIP - Sociedade de Previdência Complementar é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

O funcionamento da Entidade foi autorizado pela Portaria nº 1.859 do Ministério da Previdência Social - MPS por prazo indeterminado em 24 de fevereiro de 1995.

O objetivo da Entidade é instituir e administrar planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social aos empregados das patrocinadoras ou a seus beneficiários, na forma da legislação vigente e nos termos do Regulamento do Plano PrevIP, sendo patrocinada pelas seguintes empresas:

International Paper do Brasil Ltda;
International Paper - Comércio de Papel e Participações Arapoti Ltda;
International Paper Agroflorestal Ltda;
International Paper Exportadora Ltda;
International Paper Embalagens da Amazônia Ltda.

A PrevIP administra 01(um) plano de benefício previdencial:

Plano(s) de Benefícios	CNPB	Modalidade
Plano PrevIP	1995.0014-65	Contribuição Variável

A PrevIP possuía em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as seguintes quantidades de participantes:

	2018	2017
Ativos	4.253	4.102
Assistidos	225	203
Autopatrocínados	43	37
Participantes em BPD (*)	99	97
Total	4.620	4.439

(*) Referem-se aos participantes desligados aguardando a data de elegibilidade ao Benefício Proporcional Diferido.

A população da Entidade apresentava as seguintes faixas de idades segregadas por Sexo/Idade em 31 de dezembro de 2018:

Descrição	Quantidade					
	Participantes		Assistidos Aposentados		Assistidos Beneficiários de Pensão	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Até 24 anos	85	214	-	-	3	2
De 25 a 34 anos	261	1.195	-	-	-	-
De 35 a 54 anos	309	2.075	-	-	4	-
De 55 a 64 anos	10	224	33	132	2	-
De 65 a 74 anos	2	18	10	35	3	-
De 75 a 84 anos	-	2	-	-	-	-
Mais de 85 anos	-	-	-	-	1	-
Total 2018	667	3.728	43	167	13	2
Total 2017	651	3.585	17	176	10	-

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis da PrevIP foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, preparadas considerando o pressuposto de continuidade operacional da Entidade e ou dos planos de benefícios aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC) e em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pronunciamentos contábeis. São observadas as seguintes normas:

- Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 (alterada em alguns itens pelas Resoluções CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, nº 16, de 19 de novembro de 2014, nº 20, de 18 de junho de 2015, nº 27 e 28, de 06 de dezembro de 2017 e nº 29, de 13 de abril de 2018);
- Instrução da Secretaria de Previdência Complementar (SPC) nº 34, de 24 de setembro de 2009 (alterada em alguns itens pelas Instruções MPS/Previc nº 5, de 08 de setembro de 2011, nº 6, de 13 de novembro de 2013, nº 15, de 12 de novembro de 2014, nº 21, de 23 de março de 2015, nº 25, de 17 de dezembro de 2015, nº 9 de 20 de junho de 2017 e nº 11 de 03 de dezembro de 2018);
- Instrução PREVIC nº 1, de 22 de março de 2011;
- Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos e resultado proporcionem informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26 (R5).

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial – quando aplicável – e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade, conforme segue:

- **Gestão Previdencial:** atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos de benefício proporcional diferido, portabilidade, resgate e autopatrocínio, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;
- **Gestão Administrativa:** atividade de registro e de controle inerentes à administração dos Planos de Benefícios;
- **Investimentos:** registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativo – PGA.

Conforme Resolução vigente, as entidades fechadas de previdência complementar apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

- **Balanço Patrimonial – BP:** apresenta de forma consolidada, os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos;
- **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS:** apresenta de forma consolidada, as movimentações ocorridas no Patrimônio Social dos planos da Entidade;
- **Demonstração do Ativo Líquido – DAL:** apresenta por plano de benefícios, a composi o do ativo líquido disponível para cobertura das obriga es atuariais dos planos da Entidade;
- **Demonstração da Muta o do Ativo Líquido – DMAL:** apresenta por plano de benefícios, as muta es ocorridas no Ativo Líquido no exercício;

- **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA:** apresenta de forma consolidada e por plano de benefícios, o resultado da atividade administrativa da Entidade e as movimentações do fundo administrativo ocorridas no exercício;
- **Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT:** apresenta por plano de benefícios, a composição das Provisões Técnicas no final do exercício.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade estão resumidas a seguir:

a) Apuração do Resultado

As “Adições” e “Deduções” da Gestão Previdencial, “Receitas” e “Despesas” da Gestão Administrativa, as “Rendas/Variações Positivas” e “Deduções/Variações Negativas” do Fluxo de Investimento, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As contribuições dos participantes vinculados (autopatrocinados e/ou participantes em benefício proporcional diferido - BPD) são registradas pelo regime de caixa, por ocasião do recebimento conforme prazo previsto no regulamento do plano de benefícios.

b) Provisões Matemáticas

As estimativas das provisões matemáticas são calculadas por atuário contratado pela PrevIP e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício conforme as premissas apresentadas anualmente no parecer atuarial da Entidade e de acordo com o regulamento do respectivo plano de benefícios.

c) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2018 e 2017, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis.

Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo e as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

d) Operações Administrativas

- **Fundo administrativo**

Em conformidade com a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

O patrimônio do PGA é constituído da seguinte forma:

- a)** Os recursos arrecadados para o custeio do PGA, oriundos das contribuições dos participantes e patrocinadores, serão creditados no Fundo Administrativo;
- b)** As despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, serão deduzidas do Fundo Administrativo;
- c)** A rentabilidade obtida pela aplicação dos recursos do Fundo Administrativo será creditada mensalmente ao Fundo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado do plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

- **Fontes de Custeio das Despesas**

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da PrevIP, e estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009 e alterações posteriores:



- Custeio Administrativo da Gestão Previdencial

Correspondem às entradas de contribuições administrativas das patrocinadoras, autopatrocinados e BPD's, conforme previsto no regulamento e no plano de custeio anual da Entidade.

- Custeio Administrativo de Investimentos

Correspondem à transferência mensal de parte dos recursos provenientes do resultado dos investimentos, conforme previsto no plano de custeio e orçamento anual da Entidade.

e) Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto na Instrução Normativa SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

f) Realizável

- **Gestão Previdencial**

O realizável previdencial é representado pelos recursos a receber de cada plano de benefícios, relativos às contribuições normais dos patrocinadores, participantes, assistidos e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio, a provisão de valores creditórios de liquidação duvidosa e depósitos judiciais/recursais da gestão previdencial.

- **Gestão Administrativa**

O realizável administrativo é representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa e os depósitos judiciais/recursais da gestão administrativa.

- **Fluxo dos Investimentos**

Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas dos investimentos são os seguintes:

- **Renda Fixa - Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos.**

Os investimentos em Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

Em atendimento à Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias, a saber:

- **Títulos para negociação** - títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados independente do prazo a decorrer da data da aquisição. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor justo, com os ganhos e as perdas não realizadas reconhecidos no resultado do exercício.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - títulos e valores mobiliários com prazo a decorrer mínimo de 12 (doze) meses da data de aquisição, os quais a entidade possui capacidade financeira e intenção de mantê-los na carteira até o vencimento, sendo classificados como de baixo risco por agência de risco do país, e que são corrigidos

pela taxa de rendimentos intrínseca dos títulos, ajustados a valor presente na data de liquidação, reconhecidos nas demonstrações das mutações do patrimônio social e na demonstração da mutação do ativo líquido.

- Fundos de Investimentos

As aplicações em fundos de investimentos estão registradas pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas, o qual, para valorização, é dividido pela fração ideal denominada cota, registrada com a instituição administradora/ custodiante.

A valorização da aplicação é realizada diariamente, multiplicando-se a quantidade de cotas pelo valor da cota atualizada. A valorização ou a desvalorização apurada é apropriada na contabilidade da Entidade mensalmente.

O valor de mercado das quotas de fundos de investimento financeiro é apurado com base nos valores das cotas divulgados pelos administradores dos fundos.

- Operações com Participantes

Referem a operações de empréstimos a participantes, e seus saldos incluem principal e juros até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis.

g) Exigível Operacional

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, prestações de serviços por terceiros, investimentos, operações com participantes e obrigações fiscais.

h) Exigível Contingencial

São decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normais dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários, ex-participantes e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e fiscais.

Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor, e são classificados como:

- Prováveis: para os quais são constituídas provisões;
- Possíveis: somente são divulgados em notas explicativas, sem que sejam registrados;
- Remotas: não requerem provisão e divulgação nas demonstrações contábeis.

4. Disponível

Registra as disponibilidades existentes em bancos, reconhecidas por seus valores em moeda nacional.

	2018	2017
Banco Santander S.A.	444	19
Santander Asset Management Ltda.	6	-
Bradesco Asset Management S.A. DTVM	1	-
Western Asset Management Company DTVM Ltda.	4	4
	455	23

5. Realizável – Gestão Previdencial

Referem-se a valores de contribuições previdenciais normais e extraordinárias mensais devidas pelos patrocinadores, participantes, autopatrocinados.

	2018	2017
Autopatrocinados	43	30
Transferência entre Perfis (1)	426	-
	469	30

(1) Possui efeito patrimonial nulos, conforme nota 15 - Apresentação dos efeitos da consolidação

6. Realizável – Gestão Administrativa

Registra os valores a receber relativos à gestão administrativa.

	2018	2017
Contribuições para custeio (a)	4	3
Despesas antecipadas (b)	3	3
Outros recursos a receber (c)	25	25
	32	31

a) Contribuições para custeio

Referem-se a valores a receber relativos às contribuições para o custeio administrativo devidas pelos patrocinadores, autopatrocinados e participantes em BPD.

	2018	2017
Autopatrocinados	4	3

b) Despesas Antecipadas

Referem-se ao pagamento de despesas antecipadas que serão alocadas no resultado nos meses subsequentes.

	2018	2017
Impostos, Taxas e Contribuições	3	3

c) Outros Recursos a Receber

Referem-se aos direitos a receber da Gestão Administrativa decorrentes de custeio administrativo do plano.

	2018	2017
Transferência de recursos do plano para o PGA	25	25

7. Realizável – Investimentos

	2018	2017
Títulos Públicos (a)	84.218	81.661
Notas do Tesouro Nacional	84.218	81.661
Fundos de Investimento (b)	279.139	253.748
Renda Fixa	228.481	207.801
Ações	13.332	8.197
Multimercado	35.205	34.136
Exterior	2.121	3.614
Empréstimos e Financiamentos (c)	19.002	14.837
Empréstimos ⁽¹⁾	19.002	14.837
	382.359	350.246

(1) A PrevIP possui empréstimos, mas não possui valores vencidos passíveis de constituição de provisão.

Considerando as disposições da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, a Entidade classificou parte de sua carteira de títulos e valores mobiliários na categoria “Títulos para Negociação”, com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo com relação da data de aquisição, os quais são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício.

A outra parte dos ativos foi classificada na categoria "Títulos mantidos até o vencimento", no qual, através de estudo específico, a Entidade atesta que o Plano de Benefício possui capacidade financeira para manutenção dos títulos públicos federais até os respectivos vencimentos, sem comprometimento de sua liquidez, tendo em vista que o título será remunerado à taxa prefixada no momento de sua aquisição.

Os títulos públicos estão registrados e custodiados em conta própria no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. Os serviços de administração e gestão da carteira própria e custódia das cotas dos fundos de investimentos são prestados pelo BRAM – Bradesco Asset Management, Western Asset Management Company DTVM Ltda e Santander Brasil Gestão de Recursos LTDA.

a) Títulos Públicos

Descrição	Vencimento	31/12/2018		31/12/2017	
		Valor de Custo	Valor Contábil	Valor de Custo	Valor Contábil
Títulos Públicos Federais (*)		54.561	84.218	55.065	81.661
Notas do Tesouro Nacional		54.561	84.218	55.065	81.661
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2018	-	-	504	636
Notas do Tesouro Nacional	15/05/2019	1.040	1.329	1.040	1.278
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2020	1.900	2.505	1.900	2.407
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2022	666	879	666	844
Notas do Tesouro Nacional	15/05/2023	1.352	1.732	1.352	1.664
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2024	7.514	9.913	7.514	9.524
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2030	18.406	29.721	18.406	28.604
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2040	17.136	27.594	17.136	26.556
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2050	6.547	10.545	6.547	10.148

(*) Todos os títulos e valores mobiliários demonstrados acima são classificados na categoria mantidos até o vencimento



b) Fundos de Investimentos

	31/12/2018	31/12/2017
Descrição	Valor Contábil	Valor Contábil
Fundos de Investimentos	279.139	253.748
Renda Fixa	228.481	207.801
Bradesco Fundo de Investimento RF IMA Geral	37.288	38.429
BRAM Fundo de Investimento DI FED II	84	989
BRAM Fundo de Investimento RF TARGET	48.582	52.559
BRAM Inst FI RF IRFM	188	1.845
Western Asset Sovereign IV Selic RF Referenciado Fundo de Investimento	27.721	28.790
Western Asset Prev Inflação Implícita Fundo de Investimento RF	2.095	1.285
Western Asset Prev Fix Target RF Fundo de Investimento	8.993	8.437
Western Asset Prev Credit RF Fundo de investimento CP	37.274	44.349
Western Asset Prev Invest RF CP Fundo de Investimento	1.265	1.094
Western Asset Prev Fix Fundo de Investimento RF CP	12.371	13.929
Western Asset Prev Inflation Total RF Fundo de Investimento	7.480	8.788
Western Asset Prev Structured Credit Fundo de Investimento RF CP	2.671	2.506
Western Asset Prev Inflated Limited RF Fundo de Investimento	997	753
Western Asset Prev Inflated Plus RF Fundo de Investimento	1.065	1.078
Western Asset Prev Inflated II RF Fundo de Investimento	2.210	927
Western Asset Prev 095 Fundo de Investimento RF CP	458	495
Western Asset Prev 101 Fundo de Investimento RF CP	-	209
Western Asset Prev 107 Fundo de Investimento RF CP	93	102
Western Asset Prev 111 Fundo de Investimento RF CP	201	187
Western Asset Prev 112 Fundo de Investimento RF CP	422	392
Western Asset Prev 113 Fundo de Investimento RF CP	216	199
Western Asset Prev 115 Fundo de Investimento RF CP	299	459
Santander FI IRF-M Títulos Públicos RF	4.740	-
Santander FIC FI Ima-b Institucional Títulos Públicos RF	3.740	-
Santander FI Títulos Públicos RF Referenciado DI	28.028	-
Ações	13.332	8.197
Bradesco Fundo de Investimento em Ações Institucional Ibrx	5.288	2.717
Bradesco Global Fundo de Investimento em Ações Investimento Exterior	-	215
Bram Dividendos Fundo de Investimento em Ações	139	736
Western Asset Prev Ibrx Ativo Ações Fundo de Investimento	5.559	4.529
Bram Small Caps Fundo de Investimento em Ações	614	-
Bradesco Selection Fundo de Investimento em Ações	395	-
Santander Fundo de Investimento IBRX Ações	1.337	-
Multimercado	35.205	34.136
Bradesco Fundo de Investimento Multimercado Plus	35.205	34.136
Exterior	2.121	3.614
Bradesco Fundo de Investimento em Ações BDR Nível I	-	2.095
Western Asset Fundo de Investimento em Ações BDR Nível I	-	1.519
Bradesco Global Fundo de Investimento em Ações Investimento Exterior	722	-
Santander FI Global Equities Multimercado IE	320	-
Western Asset Legg Mason Clearbridge Global Equity FIA IE	1.079	-

c) Empréstimos e Financiamentos

A PrevIP concede empréstimos aos seus participantes mediante a utilização de recursos garantidores das reservas técnicas da Entidade, conforme previsto no regulamento do programa de empréstimos.

Os valores de empréstimos da Entidade em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão apresentados a seguir:

	2018	2017
Empréstimos	19.002	14.837

8. Exigível Operacional – Gestão Previdencial

Registra os valores a pagar relativos à gestão previdencial.

	2018	2017
Benefícios a Pagar (a)	1	7
Outras Exigibilidades (b)	451	26
	452	33

a) Benefícios a Pagar

Referem-se aos benefícios a pagar referente a participantes já desligados da patrocinadora.

	2018	2017
Resgates	1	7

b) Outras Exigibilidades

Referem-se a outras exigibilidades da gestão previdencial.

	2018	2017
Transferência entre Perfis ⁽¹⁾	426	-
Reversão de Recursos para o PGA ⁽²⁾	25	26
	451	26

(1) Possui efeito patrimonial nulo, conforme Nota 15- Apresentação dos efeitos da consolidação.

(2) Registra valor de transferências de recursos entre Plano e PGA a serem realizadas.

9. Exigível Operacional – Gestão Administrativa

Registra os valores a pagar relativos à gestão administrativa.

	2018	2017
Contas a Pagar (a)	114	181
Retenções a Recolher (b)	3	2
Tributos a Recolher (c)	9	8
	126	191

a) Contas a Pagar

Referem-se às contas a pagar relacionadas aos prestadores de serviços.

	2018	2017
Gestores de Investimentos	46	43
Outras Taxas de Gestão	6	7
Auditorias	62	52
Fornecedores	-	79
	114	181

b) Retenções a Recolher

Referem-se aos impostos a recolher incidentes sobre prestadores de serviços.

	2018	2017
Imposto de Renda sobre Prestadores de Serviços	1	1
Pis/Cofins/Csll sobre Prestadores de Serviços	2	1
	3	2

c) Retenções a Recolher

Referem-se aos tributos a pagar relacionados à gestão administrativa da Entidade.

	2018	2017
PIS/COFINS a recolher	9	8

10. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas dos planos de benefícios correspondem ao valor presente dos compromissos futuros líquidos do plano, para o pagamento dos benefícios previstos no regulamento:

- **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos** – representam os compromissos futuros do Plano com as reservas dos benefícios já concedidos para os participantes já aposentados e pensionistas.
- **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder** – representam os compromissos futuros do Plano com os benefícios dos participantes ativos.

As estimativas das provisões matemáticas relacionadas ao benefício definido são calculadas de acordo com as premissas apresentadas anualmente no parecer atuarial da Entidade. A movimentação das provisões matemáticas durante o exercício de 2018 pode ser resumida como segue:

Descrição	01/01/2018	Variação	31/12/2018
Provisões Matemáticas	333.963	31.566	365.529
Benefícios Concedidos	109.264	10.430	119.694
Contribuição Definida	37.779	6.666	44.445
Saldo de Conta dos Assistidos	37.779	6.666	44.445
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	71.485	3.764	75.249
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	67.913	3.714	71.627
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	3.572	50	3.622
Benefícios a Conceder	224.699	21.136	245.835
Contribuição Definida	214.413	23.093	237.506
Saldo de Contas – Parcela Patrocinadores/Instituidores	94.038	8.152	102.190
Saldo de Contas – Parcela Participantes	120.375	14.941	135.316
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	10.286	(1.957)	8.329
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados	10.286	(1.957)	8.329

Houve uma variação na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2017, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos).

O aumento nas provisões matemáticas na avaliação atuarial de 2018 se deveu à revisão da taxa de juros.

Conforme Portaria nº 363, de 26/04/2018, o intervalo permitido considerando a duração do passivo em 31 de dezembro de 2017 de 10,62 anos é de 4,19% a.a. a 6,38% a.a. Com base no resultado do estudo supracitado e no intervalo previsto pela legislação, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a alteração da taxa real anual de juros de 5,12% a.a. para 5,01% a.a. Destacamos que a taxa real anual de juros de 5,01% a.a. atende ao disposto na legislação para avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2018.

A alteração da taxa real de juros mencionada acima acarretou em um aumento na ordem de 1,09% (R\$ 900.176) nas provisões matemáticas totais de benefício definido.

Informamos que, exceto alteração na hipótese de taxa real anual de juros, não ocorreram alterações nas hipóteses atuariais e econômicas nem nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, pela consultoria Mercer Human Resource Consulting.

11. Equilíbrio Técnico

- **Superávit Técnico Acumulado** – conforme legislação vigente registra o excedente patrimonial em relação aos compromissos totais do plano de benefícios e é alocado em reserva de contingência até o limite definido na legislação, e o valor excedente a este limite é registrado em Reserva Especial para Revisão de Plano a cada exercício.
- **Déficit Técnico Acumulado** - registra a insuficiência patrimonial em relação aos compromissos totais do plano de benefícios.

A variação do equilíbrio técnico durante o exercício de 2018 pode ser resumida como segue:

Descrição	01/01/2018	Variação	31/12/2018
Equilíbrio Técnico	14.974	1.184	16.158
Superávit Técnico Acumulado	14.974	1.184	16.158
Reserva de Contingência	14.974	1.184	16.158

O superávit apresentado em 31/12/2018 foi apurado a partir da manutenção daquele contabilizado no encerramento do exercício de 2017, originado, principalmente, da rentabilidade histórica do Plano (origem conjuntural).

A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no Artigo 15º na Resolução CNPC nº 30/2018, considerando a seguinte fórmula: $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$, limitado ao máximo de 25% da Provisão Matemática. Esclarecemos que a duração do passivo considerada nesta fórmula foi de 10,43 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2018.

- **Ajuste de Precificação**

Conforme disposto na Instrução Previc nº 10/2018, nas situações de equacionamento de déficit e destinação de superávit é obrigatório o cálculo e aplicação do Ajuste de Precificação.

O valor de Ajuste de Precificação é calculado para títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, correspondente à diferença entre o valor de tais títulos calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

O cálculo do ajuste de precificação para o Plano de Benefício Definido em 31/12/2018 foi positivo, de valor igual a R\$ 3.017 (Em 2017 foi positivo no valor de R\$ 2.703). Importante destacar que o ajuste de precificação tem que atender três critérios determinados pela PREVIC, e caso não haja cumprimento de um ou mais critérios é necessário haver a exclusão de títulos, no caso da PreviP, a entidade atende os requisitos sem a necessidade de exclusão de títulos.

12. Fundos Previdenciais

- Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar**

Constituído pelas parcelas de contribuição das patrocinadoras que não foram utilizadas para o pagamento de benefícios em função das condições de elegibilidade e tipo de benefício pago ao participante no momento de seu desligamento. Esse Fundo tem por finalidade maximizar a segurança dos benefícios previstos no Plano, podendo ser utilizado pelas patrocinadoras para financiar as contribuições, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, inclusive as relacionadas ao custeio administrativo.

	2018	2017
Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	365	565

13. Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é correspondente a diferença entre as receitas e despesas administrativas, acrescida do retorno dos investimentos.

	2018	2017
Fundo Administrativo	685	604

14. Hipóteses e Métodos Atuariais

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração do Patrimônio Social são as seguintes:

Hipóteses Atuariais	2018	2017
Taxa real anual de juros (1)	5,01% a.a.	5,12% a.a.
Projeção de crescimento real de salário (1) (2)	Não Aplicável	Não Aplicável
Projeção de crescimento real de salário de benefício do INSS (1)	Não Aplicável	Não Aplicável
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano (1)	0,0% a.a.	0,0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários)	Não Aplicável	Não Aplicável
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	0,98	0,98
Tábua de mortalidade geral (3)	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Hipótese sobre rotatividade (4)	Não Aplicável	Não Aplicável
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	Não Aplicável	Não Aplicável
Entrada em Aposentadoria	100% na primeira data de elegibilidade ao benefício	100% na primeira data de elegibilidade ao benefício

(1) O indexador utilizado é a rentabilidade das cotas do patrimônio. Entretanto, para os participantes assistidos que permaneceram recebendo um benefício de renda vitalícia o indexador é o INPC do IBGE.

(2) As hipóteses de crescimento salarial e de fator de determinação do valor real do salário ao longo do tempo não se aplicam na apuração das Provisões Matemáticas do Plano. Entretanto, para fins de acompanhamento do nível de benefício esperado do Plano, são utilizados 1,50% a.a. e 0,98, respectivamente.

(3) Foi utilizada a tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo.

(4) As hipóteses de rotatividade e entrada em invalidez não são aplicáveis na apuração dos compromissos do Plano em função de o compromisso relativo aos benefícios a conceder dos participantes ativos e autopatrocinados estar estruturado na modalidade de contribuição definida.

A alteração da taxa real de juros mencionada acima acarretou em um aumento na ordem de 1,09%, conforme já mencionado na nota nº 10, nas provisões matemáticas totais de benefício definido.



15. Apresentação dos Efeitos da Consolidação

Os ajustes e eliminações necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados de acordo com a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores.

O quadro a seguir apresenta as contas contábeis utilizadas e os respectivos valores relativos à consolidação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018:

	2018	2017
Ativo	1.111	609
Participação no Plano de Gestão Administrativa	685	604
Plano de Benefícios PrevIP	685	604
Transferência entre perfis	426	5
Plano de Benefícios PrevIP	426	5

	2018	2017
Passivo	(1.111)	(609)
Participação no Plano de Gestão Administrativa do PGA	(685)	(604)
Plano de Benefícios PrevIP	(685)	(604)
Transferência entre perfis	(426)	(5)
Plano de Benefícios PrevIP	(426)	(5)

16. Rentabilidade no Exercício

A PrevIP possui seus investimentos em quatro perfis denominados “Superconservador”, “Conservador”, “Moderado” e “Agressivo” permitindo a opção conforme o nível de tolerância a risco de cada um dos seus participantes.

Em 31 de dezembro de 2018, a rentabilidade de cada perfil apresenta o seguinte resultado:

Perfil	Valor da quota final 2018 (ativo líquido contábil dividido pelo total de quotas)	Rentabilidade Exercício 2018 (%)	Rentabilidade Exercício 2017 (%)
Superconservador	30,21977956	6,75	10,89
Conservador	29,93248759	9,12	13,08
Moderado	29,27802322	9,94	14,47
Agressivo	27,39280887	11,23	16,22

17. Recolhimento de Tributos

● Imposto de Renda

A Lei nº. 11.053, de 29 de dezembro de 2004, criou um novo regime de tributação, facultando aos participantes de planos de EFPC estruturados na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável, optarem para que os valores que lhes sejam pagos a título de resgate ou benefícios de renda, sejam tributados no imposto de renda na fonte:

- Por uma nova tabela regressiva, que varia entre 35% a 10%, dependendo do prazo de acumulação dos recursos do participante no plano de benefícios, ou
- Por permanecerem no regime tributário atual, que utiliza a tabela progressiva do imposto de renda na fonte para as pessoas físicas.

Essa lei também revogou a MP nº. 2.222 de 4 de setembro de 2001, dispensando a partir de 1º de janeiro de 2005 a retenção e recolhimento do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das entidades fechadas de previdência complementar.

- **PIS e COFINS**

Devem ser recolhidos mensalmente e são calculados pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamento de benefícios e da parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas) conforme Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.285, de 13 de agosto de 2012 e alterações posteriores.

- **TAFIC – Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar**

Conforme lei nº 12.154 de 23 de dezembro de 2009 e a Instrução Normativa PREVIC nº 1 de 13 de abril de 2010 as entidades fechadas de previdência complementar devem recolher nos meses de janeiro, maio e setembro de cada exercício a TAFIC. O valor da TAFIC é calculado por plano de benefícios, utilizando-se o valor dos recursos garantidores de cada plano e o enquadramento na tabela constante do Anexo V da lei supracitada.

18. Gestão de Riscos e Monitoramento dos Controles Internos

De acordo com a Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004 a PrevIP adota princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos adequados ao porte, complexidade e riscos inerentes aos planos de benefícios por ela operados, de modo a assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos.

Para atender aos seus compromissos de pagamentos de benefícios a PrevIP gerencia de forma adequada os seus investimentos, além da revisão anual da política de investimentos, e considera a totalidade de riscos a que está exposta em suas diversas classes de ativos, em conformidade com as normas em vigor, com destaque para a Resolução CGPC nº13.

A Entidade realiza periodicamente a identificação, avaliação, controle e monitoramento dos riscos considerando diversos conceitos e parâmetros:

- Risco de mercado: o impacto das variações de preços negociados no mercado financeiro;
- Risco de crédito: os riscos provenientes do não pagamento de obrigações assumidas por contrapartes;
- Risco de liquidez: decorrentes de não disponibilidade de recursos;
- Risco de solvência: o risco de ocorrência de déficits futuros;
- Risco atuarial: não constituição de recursos garantidores compatíveis com os compromissos atuariais;
- Risco operacional: perdas decorrentes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos;
- Risco legal: ações legais.

19. Transações com Partes Relacionadas

As Partes Relacionadas da PrevIP podem ser assim consideradas:

- Participantes ativos que optam por aderir ao plano;
- Participantes assistidos em gozo de benefício;
- Patrocinadoras, cujo relacionamento ocorre por intermédio de Convenio de Adesão para oferecimento dos planos de benefícios para os empregados e Dirigentes;
- Membros do Conselho Fiscal, Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no estatuto, e não prevê remuneração à estes membros.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Entidade não manteve transações com partes relacionadas, além das operações já divulgadas anteriormente (contribuições de participantes e patrocinadoras e pagamentos de benefícios).

20. Outros Assuntos

- **Instrução Previc nº 10, de 30 de novembro de 2018**

Regulamenta os critérios para definição da duração do passivo, da taxa de juros parâmetro e do ajuste de precificação, assim como estabelece orientações e procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar para destinação e utilização de superávit e elaboração, aprovação e execução de planos de equacionamento de déficit, de que trata a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, e dá outras providências.

- **Resolução CMN nº 4.695, de 27 de novembro de 2018**

Altera a Resolução nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e a Resolução nº 4.661, de 25 de maio de 2018, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

- **Instrução Previc nº 3, de 24 de agosto de 2018**

Dispõe sobre o Comitê de Auditoria, sobre as informações a serem apresentadas nos relatórios do auditor independente, de que trata a Resolução CNPC nº 27/2017, e dá outras providências.

Diretoria

Mônica de Arruda Melo Penha

Diretora

CPF: 188.187.998-43

Antônio Augusto Salomon Neto

Diretor

CPF: 222.771.718-16

Contador Responsável

Marcelo Coelho Ribeiro

Contador

CPF: 280.965.108-60

CRC: SP 26244/O-1



Pareceres

Parecer Atuarial

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano PrevIP, administrado pela PrevIP - Sociedade de Previdência Complementar, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano em 31 de dezembro de 2018.

Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros (1)	5,01% a.a.
Projeção de crescimento real de salário (1) (2)	Não Aplicável
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS (1)	Não Aplicável
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano (1)	0,0% a.a.
Fator de capacidade para os salários	Não Aplicável
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Tábua de mortalidade geral (3)	AT-2000 Basic
Hipótese sobre rotatividade (4)	Não Aplicável
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	Não Aplicável
Entrada em Aposentadoria	100% na 1ª data de elegibilidade ao benefício
Outras hipóteses biométricas utilizadas	Não Aplicável

(1) O indexador utilizado é a rentabilidade das cotas do patrimônio. Entretanto, para os participantes assistidos que permaneceram recebendo um benefício de renda vitalícia o indexador é o INPC do IBGE.

(2) As hipóteses de crescimento salarial e de fator de determinação do valor real do salário ao longo do tempo não se aplicam na apuração das Provisões Matemáticas do Plano. Entretanto, para fins de acompanhamento do nível de benefício esperado do Plano, são utilizados 1,50% a.a. e 0,98, respectivamente.

(3) Foi utilizada a tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo.

(4) As hipóteses de rotatividade e entrada em invalidez não são aplicáveis na apuração dos compromissos do Plano em função de o compromisso relativo aos benefícios a conceder dos participantes ativos e autopatrocinados estar estruturado na modalidade de contribuição definida.

Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na mortalidade e na taxa real anual de juros, por se tratar de um plano na modalidade de contribuição variável, no qual os benefícios afetados pelas hipóteses adotadas são a renda mensal vitalícia.

De acordo com o previsto na Resolução CNPC nº 30/2018, as justificativas para adoção das hipóteses atuariais aplicáveis ao Plano PrevIP encontram-se arquivadas na PrevIP - Sociedade de Previdência Complementar à disposição dos Participantes, dos Assistidos, das Patrocinadoras e da PREVIC.

Adicionalmente ressalta-se que a taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram para a taxa máxima de retorno real projetada de longo prazo, dos recursos garantidores do Plano PrevIP, de 5,01% a.a.

Conforme Portaria nº 363, de 26/04/2018, o intervalo permitido considerando a duração do passivo em 31 de dezembro de 2017 de 10,62 anos é de 4,19% a.a. a 6,38% a.a. Com base no resultado do estudo supracitado e no intervalo previsto pela legislação, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a alteração da taxa real anual de juros

de 5,12% a.a. para 5,01% a.a. Destacamos que a taxa real anual de juros de 5,01% a.a. atende ao disposto na legislação para avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2018.

A alteração da taxa real de juros mencionada acima acarretou em um aumento na ordem de 1,09% (R\$ 900.176) nas provisões matemáticas totais de benefício definido.

Informamos que, excetuada a alteração na hipótese de taxa real anual de juros, não ocorreram alterações nas hipóteses atuariais e econômicas nem nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Adequação dos Métodos de Financiamento

O método atuarial adotado foi o de Capitalização Individual para a avaliação de todos os benefícios do Plano PrevIP, exceto os benefícios de renda mensal vitalícia, que foram avaliados pelo método Agregado.

Informamos que não ocorreu alteração no método atuarial utilizado na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano PrevIP.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CNPC nº 30/2018, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Posição das Provisões Matemáticas

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela PrevIP, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2018 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais e Administrativos fornecidos pela PrevIP posicionados em 31/12/2018.

Conta	Nome	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	382.736.663,75
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	381.686.681,10
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	365.529.035,18
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	119.693.949,65
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	44.444.855,65
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	44.444.855,65
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	75.249.094,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	71.626.597,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	3.622.497,00
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	245.835.085,53
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	237.505.883,53
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	102.190.175,11
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	135.315.708,42
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	8.329.202,00
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	8.329.202,00
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	-
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	-
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado - Total	-
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es) - Total	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes - Total	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos - Total	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	16.157.645,92
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	16.157.645,92
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	16.157.645,92
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	16.157.645,92
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	1.049.982,65
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	364.705,77
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	364.705,77
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	685.276,88
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	-

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano PrevIP vigente em 31 de dezembro de 2018, Plano este que se encontra em manutenção.

Não houve alteração regulamentar que gere impacto no resultado do Plano PrevIP no exercício de 2018.

Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas observamos ainda o que se segue:

- a)** No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- b)** A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- c)** As provisões referentes a futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e de pecúlio por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano avaliado, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela PrevIP.

Em atendimento ao § 3º do Art. 1º da Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002, informamos que o Plano PrevIP mantém em seu ativo líquido, títulos classificados na categoria de “títulos mantidos até o vencimento” e que foram efetuados estudos pela Mercer que comprovaram a possibilidade de sua manutenção sem o comprometimento da capacidade financeira do Plano.

Variação nas Provisões Matemáticas

Houve uma ligeira variação na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2017, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos).

O aumento nas provisões matemáticas na avaliação atuarial de 2018 se deveu à revisão da taxa de juros.

Abaixo demonstramos a variação das provisões matemáticas de Benefício Definido quando comparada aos valores evoluídos teoricamente, bem como o impacto decorrente da alteração das hipóteses atuariais:

Conta	A - Evolução Teórica	B - Recálculo com hipóteses de 31/12/2017	Variação (B/A-1)	C - Recálculo com hipóteses de 31/12/2018	Variação (C/D-1)
Benefícios Concedidos	74.916.977	74.479.948	-0,58%	75.249.094	1,03%
Benefícios a Conceder	7.822.622	8.198.172	4,80%	8.329.202	1,60%

Variação do Resultado

A situação superavitária do Plano foi mantida em patamar superior ao resultado obtido em 2017, em função da rentabilidade da parcela do Patrimônio do Plano de cobertura dos benefícios de Renda Vitalícia (9,45%) ter sido superior à Meta Atuarial do Plano de 8,74%.

Natureza do Resultado

O superávit apresentado em 31/12/2018 foi apurado a partir da manutenção daquele contabilizado no encerramento do exercício de 2017, originado, principalmente, da rentabilidade histórica do Plano (origem conjuntural).

A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no Artigo 15 na Resolução CNPC nº 30/2018, considerando a seguinte fórmula: $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$, limitado ao máximo de 25% da Provisão Matemática. Esclarecemos que a duração do passivo considerada nesta fórmula foi de 10,43 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2018.

Constituição e Reversão de Fundos Previdenciais

Esclarecemos que, de acordo com o artigo 6.6 do Regulamento do Plano PrevIP, o Fundo Previdencial - Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar foi constituído com as contribuições das Patrocinadoras, às quais os Participantes não tiveram direito por terem se desligado das Patrocinadoras antes de se tornarem elegíveis aos benefícios. Este fundo poderá ser utilizado pelas Patrocinadoras para financiar contribuições devidas no exercício de 2019, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, conforme previsto no Regulamento, inclusive as relacionadas ao custeio administrativo.

Plano de Custeio e Contribuições para o Exercício de 2018

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano PrevIP com base nos seguintes níveis:

Patrocinadoras

As Patrocinadoras deverão efetuar contribuições de acordo com os itens 7.2.1 e 7.2.4 do Regulamento do Plano:

As contribuições totais das Patrocinadoras equivalem à taxa média estimada em 3,80% da folha de salário de participação, ou R\$ 10.226.969 em moeda de 31/12/2018, tendo como base a contribuição e folha salarial da data da avaliação.

As Patrocinadoras poderão utilizar o Fundo Administrativo para cobertura parcial da despesa administrativa.

O Fundo Previdencial - Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar poderá ser utilizado pelas Patrocinadoras para financiar contribuições devidas no exercício de 2019, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, conforme previsto no Regulamento, inclusive as relacionadas ao custeio administrativo.

Participantes Ativos

Os Participantes ativos deverão efetuar contribuições de acordo com o item 7.1.1 do Regulamento do Plano, equivalente à taxa média estimada em 2,57% do salário, ou R\$ 6.970.278, em moeda de 31/12/2018, tendo como base a contribuição e folha salarial da data da avaliação.

Participantes Autopatrocinados

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pelas Patrocinadoras, caso não tivesse ocorrido o término do vínculo empregatício, destinadas ao custeio de seus benefícios, acrescidas da taxa de administração correspondente a 10% do valor total de contribuições mensais realizadas em seu nome e em nome das Patrocinadoras, incluindo as contribuições voluntárias, com um valor mínimo mensal equivalente a 8,85% da Unidade Previdenciária (UP).

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

O Participante que tenha se desligado do Plano com menos de 50 pontos (idade + serviço) e tenha optado pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD), assumirá o custeio das despesas administrativas decorrentes de sua manutenção. O valor da taxa administrativa do Participante Vinculado será equivalente a 8,85% da Unidade Previdenciária (UP).

Vigência do Plano de Custeio

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de março de 2019.

Conclusão

Certificamos que o Plano PrevIP está superavitário em 31/12/2018. O valor do excesso do Patrimônio do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado para constituição da Reserva de Contingência, conforme limite estabelecido na legislação vigente.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2019

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Silvio Lopes da Silva Junior – MIBA nº 1.103

Jaqueline Vieira – MIBA nº 1.741

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores da PrevIP-Sociedade de Previdência Complementar Mogi Guaçu - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da PrevIP - Sociedade Entidade de Previdência Complementar ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PrevIP - Sociedade Previdência Complementar em 31 de dezembro de 2018 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis. a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2019
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Marco Antonio Pontieri
Contador
CRC 1SP153569/O-0



Parecer do Conselho Deliberativo

Conforme Ata de Reunião Ordinária realizada em 22 de março do ano de 2019, às 15:30 horas, arquivada no livro de atas do Conselho Deliberativo na entidade, os membros do Conselho Deliberativo da Previp – Sociedade de Previdência Complementar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias discutiram e deliberaram sobre os seguintes itens:

a) resultados obtidos em Avaliação Atuarial do Plano de Aposentadoria (Plano Previp) administrado pela Entidade, em 31 de dezembro de 2018, e plano de custeio para o exercício de 2019;

b) Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, compostas de Balanço Patrimonial (Consolidado), Demonstrações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT e respectivas Notas Explicativas.

Baseado nos pareceres da Consultoria Atuarial Mercer Human Resource Consulting Ltda, dos Auditores Independentes da KPMG e do Conselho Fiscal da Entidade, o Conselho Deliberativo deliberou, por unanimidade, após detalhado exame, aprovar os documentos mencionados nos itens “a” e “b”, sem restrições, os quais foram enviados ao órgão regulador (PREVIC) conforme estabelece a legislação e permanecerão arquivados na entidade.

Parecer do Conselho Fiscal

Conforme Ata de Reunião Ordinária realizada em 22 de Março do ano de 2019, às 11:00 horas, arquivada no livro de atas do Conselho Fiscal na entidade, os membros do Conselho Fiscal da Previp – Sociedade de Previdência Complementar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias deliberaram consignar parecer favorável às Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas pela Diretoria Executiva da Entidade, as quais foram devidamente apreciadas pelos Auditores Independentes da KPMG. Os documentos objeto das deliberações foram enviados ao órgão regulador (PREVIC) conforme estabelece a legislação e permanecerão arquivados na entidade.





CONSELHO DELIBERATIVO:

Rodrigo Davoli
Márcio Bertoldo
Luciana Huneke

CONSELHO FISCAL:

Ana Ribeiro
Eduardo Zambon
Fábio Vilas Boas

DIRETORIA EXECUTIVA:

Denis Teixeira
Leandro Leme
Mônica Melo
Antônio Salomon
Selma Esteves
Giovanna Vianna

ADMINISTRAÇÃO:

Giovanna Vianna
Rita Lucas
Claudinei Oliveira